

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

MONIZE LOPES QUINTO

**Crianças negras, identidade e práticas de socialização: potencialidades de
uma Educação Infantil antirracista**

Campinas

2017

MONIZE LOPES QUINTO

**Crianças negras, identidade e práticas de socialização: potencialidades de
uma Educação Infantil antirracista**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Faculdade de Educação da UNICAMP, para
obtenção do título de licenciatura em pedagogia,
sob orientação da Prof.^a Dra. Gabriela Guarnieri
de Campos Tebet

Campinas

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Q46c Quinto, Monize Lopes, 1994-
Crianças negras, identidade e práticas de socialização : potencialidades de uma educação infantil antirracista / Monize Lopes Quinto. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Gabriela Guarnieri de Campos Tebet.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. 2. Educação Infantil. 3. Relações étnico-raciais. 4. Identidade. 5. Socialização. I. Tebet, Gabriela Guarnieri de Campos, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Licenciada

Data de entrega do trabalho definitivo: 13-12-2017

Aos meus pais José e Andréia por sempre acreditarem em mim, por investirem tempo e dedicação na minha caminhada, pela segurança, carinho e paciência. Por incessantemente me apoiarem na conquista dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e amigas (em especial Elisa e Larissa) pelo apoio, cuidado e incentivo na minha trajetória ao longo do curso.

Agradeço aos bons professores que passaram pela minha vida e que me inspiraram a seguir na docência.

Agradeço a minha orientadora pela compreensão, pelos ensinamentos e pela confiança.

*“A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recorre todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.”*

(Vozes-mulheres, de Conceição Evaristo)

Crianças negras, identidade e práticas de socialização: potencialidades de uma Educação Infantil antirracista

RESUMO: O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo discutir quais são as potencialidades da Educação Infantil como espaço de ação visando a mudança social dos padrões das relações étnico-raciais em uma articulação entre currículo, identidade racial e as práticas de socialização à luz de uma perspectiva antirracista de educação. As tensas relações raciais no Brasil tem sido alvo de antigas e atuais discussões, a escola como possível espaço de transformação social aparece como ferramenta substancial para o combate às discriminações e preconceitos, sobretudo após o intenso debate sobre a demanda dos Movimentos Negros - e outros movimentos sociais - e a sanção da lei nº10.639/03. Busca-se, portanto, a partir de artigos, livros e em especial do acervo de finalistas do *Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero* do CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, compreender as práticas pedagógicas exitosas para a educação das relações étnico-raciais, como instrumentos de valorização, recuperação e reconfiguração da cultura e da história afro-brasileira e africana e conjuntamente explorar a sua complexidade na interação com as variáveis – crianças, escola, educadores/as, família e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Relações Étnico-Raciais; Identidade; Práticas de socialização; CEERT.

Sumário

Memorial	9
Introdução.....	11
1. O racismo no Brasil.....	14
2. Crianças negras, identidades e práticas de socialização – o lugar da escola	18
3. A lei 10.639/03 e suas implicações para a educação infantil.....	24
3.1 O currículo e as relações étnico-raciais: um processo de descolonização	28
4. Estímulo às práticas educativas que promovam a igualdade racial – CEERT e O Projeto Educar para a Igualdade Racial e de Gênero.....	31
4.1 Projetos que inspiram.....	35
5. As potencialidades de uma educação anti-racista	44
6 . Conclusões.....	48
Bibliografia.....	50

Memorial

Meu nome é Monize Lopes Quinto, tenho 23 anos e fui criada pelos meus pais na cidade de Indaiatuba, interior de São Paulo. Desde a minha infância eu percebi que havia alguma coisa diferente em mim que me fazia ser diferente dos meus primos, dos meus amigos da escola, e ao longo do tempo eu descobri que essa diferença se dava na cor da minha pele, na textura dos meus cabelos, na espessura dos meus lábios...

Me lembro que sempre que alguém me chamava de preta, neguinha, eu dizia que não preta, eu era morena - como se dizendo isso, eu pudesse me aproximar mais do ideal branco de beleza e negar as minhas características. Na creche eu fui bem cuidada, por ser considerada "muito esperta para minha idade" as monitoras me tratavam bem, mas eu sentia falta de afeto, na minha cabeça eu sentia como se tivesse que provar que eu era uma criança boa, sendo comportada, obediente, prestativa, o tempo todo.

Com o desenvolvimento do meu corpo ainda com aproximadamente 10/11 anos eu comecei a sentir o peso de ser mulher no mundo, me lembro de ser assediada várias vezes no caminho da escola por homens bem mais velhos, comecei a perceber como a sexualização do corpo afeta diretamente as meninas e principalmente as meninas negras.

Na chegada da pré-adolescência quando os hormônios estão a flor da pele, as paqueras começam a acontecer, foi então que eu comecei a sentir o que era o preterimento - minhas amigas, brancas e loiras sempre eram escolhidas primeiro, sempre eram elogiadas, e por um tempo me sentia como se eu não existisse.

Já fui chamada de "bruxa" "macaquinha" "cabelo bom-bril" "cabelo duro" "beijuda" xingamentos racistas, disfarçados muitas vezes de brincadeira relacionados principalmente ao meu cabelo e a minha cor que profundamente me magoavam. Foi aí que eu comecei a alisar os meus cabelos, nessa época eu não me importava com a dor de passar horas esticando os fios, eu só queria ser aceita, ser considerada bonita, e mais uma vez na tentativa de me aproximar do padrão branco: de cabelos lisos, eu ainda sonhava poder comprar lentes de contato verdes.

Já no ensino médio com a auto estima um tanto mais elevada eu fui aos poucos, alisando meu cabelo cada vez menos, deixando os cachos voltarem e foi quando entrei na faculdade que eu entendi os motivos pelos quais eu realmente deveria aceitar meu cabelo do jeito que ele é.

Quando eu digo que eu descobri ser negra na faculdade, muitas pessoas se espantam, mas, o que eu quero dizer é que: eu me aceitei enquanto pessoa negra, porque o que me acontecia antes era uma tentativa de negar minha raça, minhas origens, minha cor. Hoje depois de entrar em contato com o Movimento Negro, com o feminismo negro e de participar de debates, palestras, eventos, de ler diversos artigos, livros, pesquisar a história do povo negro no Brasil e no mundo, eu sei a importância que é eu me colocar no mundo enquanto mulher negra. Ao entrar em contato com pessoas que tinham a mesma cor que eu, o mesmo cabelo e que se gostavam da forma que eram, se orgulhavam de suas raízes eu percebi que juntos somos mais fortes, que viver num país racista é viver lutando.

Foram várias as adversidades que me trouxeram até onde estou, mas foram essas adversidades que me constituíram enquanto pessoa e também enquanto educadora, pensando em tudo que vivi por ser mulher e negra, pensando nas crianças e principalmente nas crianças negras, o meu desejo é que possam se relacionar consigo mesmas e com o mundo de uma maneira cada vez mais harmoniosa, prazerosa e feliz. E esse é meu compromisso com as crianças que eu encontrar ao longo da minha caminhada.

Seguimos juntas/os!

Crianças negras, identidade e práticas de socialização: potencialidades de uma Educação Infantil antirracista

Introdução

A proposta do presente trabalho é fazer uma pesquisa qualitativa com a intenção de explorar práticas antirracistas exitosas na Educação Infantil. As fontes de pesquisa utilizadas foram livros, artigos, dissertações sobre o tema e principalmente o acervo de finalistas do *Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero* do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), que é um espaço de referência entre profissionais da educação e também dentro do Movimento Negro.

Ao fazer a busca para mapeamento do campo de pesquisa foi utilizada a sigla CEERT no acervo do Scielo que apresentou apenas dois resultados que tratavam da área da saúde e foram descartados. Pesquisou-se ainda, no campo de dissertações da CAPES no qual foi encontrada uma dissertação com o título: *Os debates do significado de educar para as relações étnico-raciais na educação brasileira* da Ana Cristina Juvenal da Cruz; ao fazer uma leitura do resumo identificou-se que ela dialoga com o que se pretende pesquisar já que a autora procura entender as estratégias e práticas dos/as professores/as para a educação das relações étnico-raciais. Sua pesquisa teve como foco as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª edição do Prêmio Educar para Igualdade Racial (CEERT), de modo que optamos, aqui por nos debruçar sobre as últimas edições do referido prêmio (5ª, 6ª e 7ª edição, ocorridas, respectivamente em 2010, 2012 e 2014¹).

O que se pretende é que essa pesquisa contribua para os estudos da educação para as relações étnico-raciais no sentido de visibilizar e compreender práticas exitosas na educação infantil a partir desse foco nas relações étnico-raciais, visto que é um elemento pouco explorado. Se fala mais sobre como a educação pode apresentar práticas hegemônicas e pouco sobre as iniciativas que vêm funcionando como práticas antirracistas. O objetivo é analisar e perceber os

¹ Era esperado que tivesse havido em 2016 a 8ª edição do prêmio. NO entanto, não localizamos no site do ceert e nas buscas que fizemos na internet, nenhuma informação sobre sua realiação ou o motivo de sua não realização.

resultados dessas práticas e explorar a complexidade do tema na sua interação com as variáveis – crianças, escola, educadores/as, família e sociedade.

Muito tem se discutido sobre as tensas relações raciais no Brasil e ainda mais em decorrência da falsa democracia racial que habita o imaginário comum, após a sanção da lei nº10639/03 que trouxe desdobramentos para a educação infantil é urgente repensar a criança e suas interações nas relações étnico-raciais, repensar a escola e a educação para essas relações; a prática pedagógica não pode se isentar da sua responsabilidade social, a omissão e o silenciamento contribuem para a manutenção das desigualdades.

“Na escola, no currículo e na sala de aula, convivem de maneira tensa valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos. Nesse contexto, a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa.” (GOMES, 2012 pg.105)

A escola é um espaço permeado por diversidades de raça, gênero e classe e nesse sentido, o desenvolvimento de um ensino que vise à autonomia e emancipação humana deve considerar as especificidades dos sujeitos participantes dessas relações.

Faz-se necessário, portanto, compreender quais são as possibilidades de mudança - política, cultural e social bem como de desconstrução de preconceitos e estereótipos - através da introdução da cultura afro-brasileira e africana na Educação Infantil através de subsídios tais como: literatura, contação de histórias, brincadeiras, jogos, música e dança, na perspectiva de valorização dos aspectos culturais e históricos da população negra, posto que as crianças aprendem através das brincadeiras sobre as regras de sua cultura, e assim, atribuem sentido ao que vivem, pois fazem parte de um momento histórico, estão inseridas numa sociedade, num conjunto de herança cultural e dentro de um grupo social - permeado de regras, valores, simbologias.

Deve-se, pois, considerar as teorias e práticas pedagógicas como processos dialéticos que requerem discussões e reflexões num movimento de reconstrução e transformação do que está posto; nessa lógica é importante articular os saberes pré-estabelecidos à realidade, transformando e ressignificando seus objetivos e perspectivas.

Dessa forma, é preciso olhar a Educação Infantil na sua relação política e cultural com a comunidade escolar e em consonância com os direitos fundamentais das crianças, adotando uma concepção sociológica das crianças como sujeitos do processo educativo e social, participes ativos na construção, elaboração e ressignificação do conhecimento e da sua própria identidade. É urgente repensar uma proposta contra hegemônica e não eurocentrada de currículo, pensar caminhos para o conhecimento, mudando o imaginário coletivo sobre o negro e sua cultura.

Busca-se refletir dessa forma, como articular as práticas pedagógicas antirracistas ao currículo da Educação Infantil? Como superar as desigualdades raciais começando pelas relações sociais das crianças? Como favorecer a socialização e a constituição da identidade das crianças negras em identificação com sua história e ancestralidade?

A proposta desse estudo é oportunizar a compreensão das dificuldades e das potencialidades da Educação Infantil, num modelo de reconfiguração da história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula e para além dela.

1. O racismo no Brasil

A origem do racismo no Brasil se dá no período escravocrata quando os negros de diversos países da África foram sequestrados e trazidos compulsoriamente ao país e aqui escravizados. Sua mão-de-obra foi utilizada sem remuneração num processo de desumanização do ser, a população negra foi tratada como mercadoria, “coisas”, máquinas destituídas de humanidade, com a justificativa do desenvolvimento necessário da colônia.

“... pois viam-se no escravo uma inversão de capital e um instrumento de trabalho que deveria ser espremido até o bagaço” (FERNANDES, 2008 pg. 57)

Florestan Fernandes em seu livro: *A integração do negro na sociedade de classes* (2008) traz a concepção de que dentro da ordem social os grupos raciais se posicionaram de forma desigual e essas posições estão pautadas na discriminação racial contra a raça negra, especificamente. A escravidão foi um período terrível e sombrio e a sociedade era definida por uma segregação de classes marcada principalmente pela cor da pele.

Dessa forma a sociedade brasileira se dissolveu em: homens brancos livres e homens negros escravizados. A criança negra nascia na condição de senzala, as mães não tinham direitos sobre seus filhos que eram vistos como mercadoria, explorados e as mães escravizadas tentavam aliar as atividades diárias com o cuidado com o filho, as crianças negras, portanto, começavam a realizar tarefas muito cedo no sistema escravagista e tiveram sua infância ceifada historicamente.

Segundo Kabengele Munanga no livro: *Negritude: usos e sentidos* (2015), a colônia vivia permanentemente sob uma condição de violência, vivendo em meio às relações de força entre dominante e dominado.

“Insistimos que, além da força como meio para manter esse violento equilíbrio, recorreu-se oportunamente aos estereótipos e preconceitos através de uma produção discursiva. Aí, toda e qualquer diferença entre colonizador e colonizado foi interpretada em termos de superioridade e inferioridade.” (MUNANGA, 2015)

Criou-se todo um discurso de inferioridade sobre os negros que além de outras estratégias assimilava ao negro a condição de selvagem e somente a dominação branca poderia salvá-lo daquele “destino”. A desvalorização e também a alienação do negro se deu através da desvalorização de sua cultura, língua, música, corpo, arte e origem.

“Neste sentido, o esforço constante do colonizador em mostrar, justificar e manter, tanto pela palavra quanto pela conduta, o lugar e o destino do colonizado, se parceiro no drama colonial, garante, portanto, o seu próprio lugar na empresa. Ora, a análise da atitude racista revela três elementos importantes já presentes no discurso pseudocientífico justificador que acabamos de ver: descobrir e pôr em evidência as diferenças entre colonizador e colonizado, valoriza-las, em proveito do primeiro e em detrimento do último e leva-las ao absoluto, afirmando que são definitivas, e agindo para que assim se tornem.” (MUNANGA, 2015).

Após aproximadamente três séculos, o processo de abolição da escravidão culminou com a subalternação dos negros libertos, ou seja, um movimento que foi criado na época como uma série de medidas (sobretudo através de leis) que marginalizaram os ex-escravizados e que tinham o objetivo de conservar a posição privilegiada dos brancos.

Esperava-se que após a abolição os negros teriam a cidadania garantida, contudo não foi o que aconteceu, no mercado de trabalho, no contexto de industrialização emergente, preferia-se mão-de-obra estrangeira à mão-de-obra dos negros libertos. Esse processo estava pautado numa política pública de homogeneidade e branqueamento da população brasileira. Pretendia-se formar uma sociedade majoritariamente branca, comandada por uma elite branca, buscando supostamente avanço e modernidade na formação de uma nova sociedade.

“Se lembrarmos que o elemento negro saia da escravidão sem formas de vida social organizada, temos um sistema de referência suficientemente amplo para indicar o que iria ser, para ele a vida na cidade.” (FERNANDES, 2008 pg.51)

O desenvolvimento sociocultural da cidade não favorecia a persistência da herança cultural do negro, negando sua afirmação pessoal ou coletiva, o que impedia que o negro se reorganizasse integral e autonomamente para sua existência enquanto “beneficiário” do crescimento urbano. Apesar disso, a resistência negra ao longo dos séculos se mostra como a forma de luta em defesa de direitos enquanto humanos e sujeitos da sua própria história.

“Sabemos que, durante o regime escravista, várias foram as invenções e recriações realizadas pelos africanos escravizados no sentido de romper com o processo de coisificação social a eles imposto.”
(GOMES, 2002 p.46)

Toda essa herança histórica da escravidão, portanto, culmina com o que presenciamos ainda hoje na sociedade brasileira: a exclusão e silenciamento dos negros dos espaços sociais; essa herança traz ainda consequências graves na desigualdade entre negros e brancos de oportunidades ao acesso a esses espaços. Dessa forma, eliminar as barreiras raciais é de evidente importância para o desenvolvimento da sociedade, a desigualdade racial persistente no Brasil demonstra um grande atraso cultural, econômico e político.

O Brasil hoje é um país de maioria populacional declarada negra - 54%, segundo o IBGE (2015) - no entanto, apresenta racismo institucional:

“Manifesta-se por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios atuantes no cotidiano de trabalho das organizações, resultantes do preconceito ou estereótipos racistas.” (IPEA, 2007)

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão o que vivenciamos hoje é uma violência sistêmica e naturalizada, o racismo brasileiro manifesta-se não individualmente, mas coletivamente e é dirigido a um grupo específico de pessoas: as pessoas negras. Nesse sentido, há uma forma das instituições atuarem para a manutenção da segregação desses grupos determinados, oferecendo tratamento e oportunidades diferenciadas que culminam na desigualdade estrutural. O preconceito é então, fruto de culturas humanas e se configura com uma forma de justificar a dominação, noção de superioridade-inferioridade, as ações afirmativas

dessa forma, devem funcionar como medidas de certa maneira temporárias como forma de compensação e de igualdade de tratamento.

As políticas públicas atuam então, como responsáveis pela continuidade dessa desigualdade ou podem trabalhar para superação das mesmas; através da legislação, ou de movimentos sociais a luta pela igualdade é ainda hoje primordial, a luta contra o racismo não pode deixar apagar a memória da barbárie que foi a escravidão no Brasil.

A educação é umas das instâncias que podem agregar a essa luta atuando na formação de uma sociedade que seja realmente democrática. Nesse sentido é preciso reformular e repensar as relações étnico-raciais numa perspectiva de mudança estrutural e definitiva para um modelo menos hierárquico e desigual de sociedade, e a escola não pode ficar à parte desse processo.

2. Crianças negras, identidades e práticas de socialização – o lugar da escola

Neste capítulo vamos discutir o papel da escola e das práticas de socialização na produção das identidades de crianças negras. Para isso, faz-se necessário apresentar o modo como estamos concebendo “identidade” e “socialização”. Esse debate será feito na interface dos debates propostos pela Sociologia da Infância e pelos Estudos Negros. A temática da identidade é um elemento caro aos debates sobre relações étnico-raciais e um tema bastante presente também nos debates produzidos pelos movimentos negros, uma vez é que a partir do conceito “identidade” que o elemento racial se constitui.

No Brasil, ao definir o critério de auto-declaração para a definição de cor/raça de um indivíduo, a relação intrínseca entre raça e identidade fica ainda mais evidente, sendo possível definirmos raça como uma questão identitária de pertencimento definido pelos sujeitos envolvidos.

Gomes (2002) ao se deter sobre a articulação entre educação e identidade negra, destaca que a educação se estende além do espaço escolar e que a escola também não se restringe às relações entre professor–aluno, em torno de um currículo pré-definido. De acordo com Gomes:

“Existem diferentes e diversas formas e modelos de educação e a escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece e nem o professor e a professora são os únicos responsáveis pela sua prática (...) A escola é vista, aqui, como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.” (GOMES, 2002, p. 39).

A escola, nesse sentido, sendo também um espaço de socialização, é compreendida como um dos espaços que contribuem para a produção da identidade de sujeitos negros e negras presentes nesse espaço, na medida em que permitem às crianças sua aproximação com elementos da cultura e com práticas sociais definidas como legítimas e dignas de ocuparem o espaço escolar. Nesse sentido, Gomes afirma que:

“Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos.” (idem).

A afirmação acima ganha maior relevância se a trazemos para um diálogo sobre o que são os processos de socialização e qual o papel das crianças na constituição de suas próprias identidades e na apropriação da cultura e práticas sociais.

No âmbito da Sociologia, “Socialização” é um tema que pode ser abordado a partir de duas perspectivas distintas. De acordo com Pinto (1997) uma delas compreende a socialização como um movimento em que a sociedade e seus respectivos agentes socializadores inculcam/transmitem valores, crenças, normas sociais e estilos de vida (o foco neste caso são os adultos); a outra abordagem compreende que os indivíduos em processo de socialização, inseridos em seus mundos sociais, apropriam-se, aprendem, interiorizam regras, valores, etc., e deste modo se integram, se comunicam e participam da sociedade e da cultura em que vivem (neste caso, o foco do processo seriam as crianças).

As teorias de socialização unilaterais e adultocentradas são bastante criticadas pela Sociologia da Infância. Chris Jenks, por exemplo destaca que os estudos de Parsons sobre a Socialização se inserem na tradição sociológica do Leviatã, de Hobbes, sendo a sociedade compreendida como responsável pela manutenção da ordem, inculcando nos indivíduos um conjunto de regras de conduta, por meio dos processos de socialização – entendido como um processo “violento e doloroso” que constrange as pessoas a tornarem-se “determinadas categorias de ser, em vez de outras” (2002, p.206), não havendo espaço nessa teoria para o reconhecimento da ação social das crianças no processo de socialização.

Face a essa perspectiva, novas abordagens foram construídas, destacando que a criança e sua prática social constituem-se como elementos centrais no processo de socialização. As crianças, aqui são consideradas “agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas cultura infantil, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas”. (Corsaro, 2011, p.15). Nesta perspectiva sociológica, “a socialização não é só uma

questão de adaptação e internalização, mas também um processo de apropriação, reinvenção e reprodução”.

Nesse sentido, estudos das vidas sociais das crianças mostram como suas experiências sociais cotidianas definem suas identidades culturais locais particulares como crianças (James, 1993; Mayall, 1996; Solberg, 1994; Song, 1996) enquanto simultaneamente levantam questões, para crianças, sobre seu engajamento e restrições no status da categoria global ‘criança’.

Neste trabalho, nosso interesse é compreender como os centros de educação infantil têm se colocado e proposto situações que possibilitem às crianças se engajarem em processos de socialização e na constituição de suas próprias identidades tendo a questão racial como um elemento importante nesse processo.

A socialização, deste modo é compreendida como algo que se dá através de processos diversos, que se configuram nas complexas e irregulares relações entre os sujeitos, em que a educação orienta os resultados da socialização; por conseguinte, todos são atores sociais, e há, portanto, a participação infantil no meio social.

“Nesse sentido, a socialização passa a ser entendida como processos, uma vez que as relações sociais são recíprocas, diversas, estabelecidas e realizadas entre sujeitos, grupos, comunidade e/ou instituições.”
(LISANDRA GOMES, pg.3)

Faz-se imperativo, dessa forma, considerar a criança como um agente que interage, produz e reproduz e que é ser social nas suas interações com seus pares, e com os adultos. As crianças, através de suas próprias experiências são capazes de modificar a realidade, atribuem sentidos outros, aos discursos que apreendem dos adultos, criam e interpretam à sua maneira.

“Especificamente, se há interações, há reciprocidade e trocas e, nesse sentido, todos os sujeitos envolvidos nos processos de socialização de alguma forma sofrem mudanças e modificam as estruturas e as relações.” (Idem)

Nesse sentido, é de urgente necessidade que se pense a escola como um lugar que a criança convive com o diferente e que esse espaço vai contribuir para formação – enquanto sujeito – da sua identidade racial. A educação, portanto, deve

ser voltada para o desenvolvimento global humano (cognitivo, físico e sócio-emocional) e os/as profissionais que irão atuar diretamente nessa área devem adotar uma concepção de emancipação humana, autonomia e constituição da identidade, e aqui o foco está na identidade das crianças negras.

Posto que a identidade se constrói na relação consigo, com o mundo e com os símbolos assimilados a partir das experiências que se acumulam ao longo da vida, é preciso trabalhar na contra hegemonia, caminhar no sentido oposto ao padrão de branquitude imposto socialmente; as crianças constituem sua identidade pessoal e também sua identidade coletiva, através do olhar que ela tem de si mesma e o olhar que os outros tem sobre ela. Constitui-se como fundamental que os/as educadores/as reconheçam as diferenças e trabalhem no sentido de valorizá-las enquanto agregadoras de conhecimento, cultura, saberes.

No livro *O drama racial das crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito* Rita de Cássia Fazzi trata sobre o preconceito racial na infância e faz uma discussão sobre a socialização entre pares, segundo a autora a ordem racial no Brasil é sustentada também pela construção de uma realidade de preconceito entre as crianças:

“Assim, ao adquirir a noção de outro, e de outro diferente, também em termos raciais, a criança adquire a interpretação dessa diferença. No caso de sociedades em que preconceitos raciais se manifestam, como a brasileira, as noções de diferença e de hierarquia raciais são adquiridas simultaneamente. Através de vários mecanismos sociais vivenciados no processo de socialização, inicialmente no interior da família, no espaço da rua e nas organizações religiosas e, posteriormente, nas creches e nas escolas, a criança aprende que “ser preto é uma desvantagem” por estar numa posição inferior”. (FAZZI, 2012, pg.83)

As crianças fazem uma negociação de classificação racial, fazem associações não só físicas, mas também de diversas variáveis como a classe social, por exemplo, constroem uma hierarquização por cor com atribuições sociais positivas e negativas e as crianças negras são alvo de “um processo de estigmatização, de agressões e hostilidades...” (FAZZI, 2012, pg.82)

BENTO (2011), no livro *“Práticas pedagógicas para igualdade racial na educação infantil”* propõe que as crianças negras sentem-se envergonhadas de seu corpo e suas características físicas e esses sentimentos aparecem logo na educação infantil e acompanham toda a vida escolar:

“Durante a educação infantil, as crianças começam a perceber as diferenças e semelhanças entre os participantes de seu grupo, a reconhecer as próprias características e potencialidades e, dependendo dos recursos afetivos e sociais que lhe forem oferecidos, esse processo pode ser mais positivo ou mais negativo para a constituição de sua identidade.”
(BENTO, 2011, p.20)

É preciso perceber o que as crianças negras vêm sofrendo silenciadas através do racismo velado na escola, quebrar com o silêncio que permeia as relações raciais ditas “harmônicas” e acabar com discursos (palavras, “brincadeiras”) que sutilmente incutem a ideia de uma inferioridade racial.

E não é só fisicamente que o racismo opera, mas também na construção de estereótipos atribuídos às pessoas negras em relação às características psicológicas e emocionais, como negro-violento, negro-vagabundo, negro-ladrão, nega-submissa, nega-maluca; esse tipo de imagem negativa construída contribui para a constituição de uma identidade das crianças negras de inferioridade em relação à branquitude; o que ela presencia na mídia e nos meios sociais é que sua raça, suas características físicas e emocionais são a todo momento diminuídas e hostilizadas.

“Os estereótipos são aqui considerados parte da manifestação atitudinal do preconceito racial, que, no entanto, possui também uma dimensão comportamental.” (FAZZI, 2012, pg 50)

Esse discursos e estereótipos presentes na sociedade causam uma rejeição das crianças negras às suas características, uma auto-rejeição de sua raça e uma baixa autoestima. A criança quer substituir suas características próprias por outras que são mais aceitas socialmente e que se aproximam mais do ideal branco de beleza (cabelos lisos, olhos claros), o que contribui para uma não aceitação de um

identitário muito forte da cultura negra: o cabelo - símbolo de força e de identidade que perpassa o viés da estética e vai até a construção histórica de resistência.

“Nessa mediação, um ícone identitário se sobressai: o cabelo crespo. O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos” (GOMES, 2003, pg.2)

O trabalho pedagógico então, precisa oportunizar às crianças negras que conheçam suas origens, sua história, conheçam o negro enquanto um povo de luta e que se constituiu por uma trajetória de resistência; trabalhar para que as crianças criem outras visões sobre o mundo, mostrando personagens negros e negras importantes na história do país e não só a escravidão como história possível do povo negro; é preciso que a criança conheça sua história e se conheça enquanto pertencente a ela, e ainda incentivar a aceitação dos valores de sua cultura, ancestralidade e identidade.

Atuar no processo de socialização nos primeiros anos de vida, com mecanismos que garantam uma visão positiva da diversidade racial pode promover mudanças significativas nas futuras representações das crianças, apresentar um mundo que se baseie na tolerância e no respeito pode trazer uma base mais sólida no combate às desigualdades.

3. A lei 10.639/03 e suas implicações para a educação infantil

O espaço da educação infantil assim como as outras instâncias da sociedade é perpassado pelas situações de preconceito e discriminações, diante disso é preciso que o Estado atenda às demandas dos movimentos sociais (Movimento Negro, ONGS) e através da legislação proponha, delimite e institua ações necessárias para o combate a essas discriminações.

A resolução CEB nº1 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 7 de abril de 1999 não abordava a questão racial em nenhum de seus artigos.

A lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 alterou a Lei nº 9.394/96, e estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional - para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e no calendário escolar incluir o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. A aprovação dessa lei é um marco importante na história das lutas contra o racismo e pela democratização do ensino, no sentido de promoção de políticas de ações afirmativas demandadas pela população negra no Brasil.

Posteriormente em 17 de junho de 2004, a resolução CNE/CP Nº 1, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que propõem e apresentam respostas às demandas de políticas de reparação, divulgadas e debatidas publicamente com fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

Essas delimitações são importantes para o reconhecimento da relevância da população negra no país, e que os temas relacionados às relações étnico-raciais sejam debatidos no interior das escolas, com o intuito de promover a cidadania e igualdade de direitos, o objetivo fundamental de toda essa legislação é atuar como um norteador para práticas de valorização da cultura negra e africana, entendendo a população negra como constituinte da sociedade brasileira e atuante diretamente como sujeitos históricos no processo de formação da cultura do país.

O foco é reparar os danos causados às pessoas negras ao longo de séculos de exploração e racismo através da educação, buscando reconhecer o negro na cultura nacional. Deve-se, portanto, fornecer informações e subsídios necessários para garantir o ingresso e também a permanência dos negros na escola com direitos igualitários (sociais, civis, culturais e econômicos) e também valorizar a diversidade; reconhecer e questionar as relações étnico-raciais existentes no Brasil.

“Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana têm por meta a educação de cidadãos atuantes no seio da sociedade brasileira que é multicultural e pluriétnica, capazes de, por meio de relações étnico-sociais positivas, construir uma nação democrática.” (BRASIL, CNE/CP 2004)

O que se defende é o direito à igualdade e à cidadania através de diferentes acessos às fontes da cultura nacional, é preciso ampliar o acesso às informações, romper com a visão simplista com que a escola trata a contribuição dos negros escravizados no Brasil, exaltar a importância da cultura africana para a constituição da nação, reconhecer os aspectos culturais de matrizes africanas e romper com as atitudes, manifestações veladas ou violentas de racismo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana preveem que se realize uma educação das relações étnico-raciais através de atitudes, valores, conteúdos que tratam das temáticas referentes aos “afrodescendentes”, com material didático e bibliográfico que reconheça e valorize a identidade afro-brasileira.

“Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à

construção de nação democrática.” (BRASIL, CNE/CP 2004)

É preciso, dessa maneira, pensar num projeto de escola que vise à educação para a cidadania e respeito às diferenças, é necessário uma mudança estrutural da educação escolar, tanto para a formação quanto para as práticas.

Dessa forma, após todo esse histórico de reivindicações e debates acerca das relações étnico raciais no Brasil em 17 de novembro de 2009 a Resolução CNE/CEB Nº 5, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

“Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.” (BRASIL, CNE/CEB 2009)

Com relação às questões étnico-raciais - com grifos meus - as Diretrizes apresentam em seu texto aprovado as seguintes resoluções que constam nos artigos abaixo listados.

O artigo 7º trata das propostas pedagógicas das instituições que devem cumprir sua função política, social e pedagógica:

*“V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, **étnico-racial**, de gênero, regional, linguística e religiosa.” (BRASIL, CNE/CEB 2009)*

Artigo 8º aborda o objetivo de garantir às crianças o acesso aos conhecimentos e diferentes linguagens e o seus direitos à proteção, liberdade e interação com outras crianças:

“§ 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e

*para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: VIII - a apropriação pelas crianças das **contribuições histórico-culturais** dos povos indígenas, **afrodescendentes**, asiáticos, europeus e de outros países da América; IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com **as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras**, bem como o **combate ao racismo e à discriminação**.” (BRASIL, CNE/CEB 2009)*

No artigo 9º que trata das práticas pedagógicas da proposta curricular que garantam experiências que:

*“VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e **reconhecimento da diversidade**; XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e **tradições culturais brasileiras**;”*
(BRASIL, CNE/CEB 2009)

As diretrizes são importantes para que a criança tenha oportunidades de viver experiências que garantam o respeito à diversidade, respeito ao outro e a si, além de um trabalho dos/as educadores/as em sala de aula que trate das questões étnico-raciais de forma ampla e compromissada. A abordagem dessas questões demonstra que as demandas da população negra brasileira precisam ser atendidas e bem desenvolvidas. Esses documentos são resultados de uma articulação nacional de estudos e amplos debates acerca do currículo da Educação Infantil, e o processo para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil englobou as contribuições de grupos de pesquisa, conselheiros de educação, entidades não governamentais e inclusive o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), além de pesquisadores da Universidade de Campinas (UNICAMP).

3.1 O currículo e as relações étnico-raciais: um processo de descolonização

É preciso tratar como elemento fundamental o currículo, que é aqui entendido como um processo, uma criação/construção coletiva e parte intrínseca da educação, uma estrutura crítica e política que carrega valores determinados.

O currículo na educação infantil tem um caráter articulado com o projeto pedagógico da escola, ele norteia as ações, garante as aprendizagens, encadeia experiências e saberes juntamente com os conhecimentos historicamente acumulados. É importante, pois, organizar os espaços, o tempo, os materiais e selecionar os conteúdos com comprometimento na formação, valorizando os conhecimentos prévios das crianças, articulando o meio em que vivem (sua realidade social) aos conhecimentos mais amplos. Segundo Paulo Freire no livro *Pedagogia da Autonomia* (2002, pg. 25):

“É uma pena que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado. Fala-se quase exclusivamente do ensino dos conteúdos, ensino, lamentavelmente quase sempre entendido como transferência do saber.”

Um currículo que se propõe a ter bases democráticas deve estar disponível sempre que necessário para as interações dos sujeitos que o configuram, respeitando suas especificidades, subjetividades e acolhendo as diferenças.

“O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História.”
(FREIRE, 2002 pg.86)

Além de garantir o acesso aos bens culturais, é crucial trabalhar para o respeito à diversidade de forma saudável, combater o racismo em todas as suas dimensões e trabalhar a favor da valorização da cultura e a história afro brasileira e africana.

Faz-se, portanto imprescindível reconhecer o valor formativo que as atividades pedagógicas carregam, através de práticas arquitetadas que se

configuram num trabalho consistente, ininterrupto, intenso e duradouro, já que são constituintes do cotidiano; as práticas voltadas para as questões raciais devem ocorrer durante todo o ano letivo e não somente em épocas comemorativas, para que seu sentido não seja esvaziado.

“Essa mudança de paradigma requer dos profissionais formação adequada, bem como conteúdos pedagógicos que possam auxiliar no processo de desenvolvimento das crianças e no respeito à suas diferenças. Educar e cuidar são um binômio importante, definindo ações de igual magnitude nas instituições que atuam com crianças pequenas.” (BENTO, 2011, p.40)

O currículo é um campo político que abrange o saber e o poder, é um instrumento de organização social e um espaço de intensa disputa política. Conquistar esse espaço é uma forma de luta em defesa da cultura afro-brasileira nas escolas, uma força de resistência dessas culturas negadas e silenciadas por séculos de exclusão.

Para Nilma Lino Gomes em seu artigo *Relações etno-raciais, educação e descolonização dos currículos*, é preciso questionar o currículo colonizado e propor currículos que de fato busquem a emancipação, descolonizar os currículos é mudar as práticas e repensar as representações sociais e culturais em relação negros e negras no Brasil. (GOMES, 2012)

A ampliação do acesso à Educação Básica deve ser acompanhada de um preparo maior para lidar com os sujeitos que acessam a escola. Segundo a autora, é preciso articular cultura política e conhecimento, renovar as práticas e os conteúdos curriculares, e ainda romper com o currículo carregado de visões marginalizadas e desconectadas da realidade.

“Nesse sentido, mais do que a efetivação política de uma antiga reivindicação do Movimento Negro para a educação, a Lei nº 10.639/03, o parecer CNE/CP 03/2004 e a resolução CNE/CP 01/2004 e os desdobramentos deles advindos nos processos de formação de professores/as, na pesquisa acadêmica, na produção de material didático, na literatura, entre

outros, deverão ser considerados como mais um passo no processo de descolonização do currículo.”
(GOMES, 2012 pg.107)

É preciso promover uma não-hierarquia de conhecimentos que entende como superiores os saberes eurocêntricos e inferiores os saberes da cultura dos povos que pertencem a outros grupos étnico-raciais, é preciso não invisibilizar os processos de luta da população negra, mostrar no pós-abolição como foi a resistência dos Movimentos Negros e valorizar a luta que provém de toda uma história de exploração e direitos negados. É indispensável questionar os lugares de poder e reconhecer os privilégios da branquitude.

A mudança precisa se dar não só nos conteúdos, mas de fato na estrutura, descolonização dos currículos se dá em meios profundos de visão de mundo, na superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento, cultura e sociedade.

4. Estímulo às práticas educativas que promovam a igualdade racial – CEERT e O Projeto Educar para a Igualdade Racial e de Gênero

O CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, foi criado em 1990 e sua principal missão é contribuir para reflexões coletivamente ao povo negro na luta por igualdade, justiça e democracia, é uma organização não governamental que trabalha na promoção de igualdade de raça e gênero. (CEERT 2017)

Nessa perspectiva, o Programa de Educação do CEERT possui um projeto reconhecido pelo MEC como uma das ações principais de promoção da igualdade étnico-racial, que se denomina “Projeto Educar para Igualdade Racial e de Gênero”.

Esse projeto é basicamente um mapeamento das práticas escolares com foco na temática das relações étnico-raciais. Com mais de 15 anos de atuação e seis edições ao longo dos anos, busca identificar e apoiar essas práticas escolares, para que tenham visibilidade e possam garantir uma educação para todos e todas que combata o racismo e valorize a diversidade.

“A abertura de inscrições a cada dois anos é aguardada com entusiasmo por educadores/as das cinco regiões brasileiras. De acordo com esses/as educadores/as a expectativa não é motivada apenas pelo Projeto oferecido, mas principalmente, pela oportunidade de tomar contato e apresentar para um público amplo de educadores/as e especialistas, as metodologias e os resultados de práticas escolares pedagógicas e de gestão.” (CEERT 2017)

O acervo do projeto conta com aproximadamente 3 mil práticas desenvolvidas em todo o país, e oportuniza um contato maior dos professores com as metodologias e resultados das mesmas. Os projetos apresentam ricas experiências de trabalho que podem ser trocadas entre profissionais da educação; busca-se institucionalizar as práticas e os projetos são premiados como forma de incentivo.

O projeto Educar para Igualdade Racial e de Gênero será utilizado como base para pesquisa apresentando práticas que favoreçam a socialização das

crianças negras em identificação com sua história e ancestralidade e contribuição das mesmas para a produção de uma identidade racial negra positiva.

Pesquisa realizada por Cruz (2010) voltou-se para o estudo dos projetos submetidos às quatro primeiras edições do prêmio e teve como objetivo compreender a concepção de educação das relações étnico-raciais que embasavam os 32 projetos finalistas das quatro edições em questão.

Os dados apresentados por Cruz (2010) indicam, nas três primeiras edições do prêmio um número menor de projetos de educação infantil, em comparação aos projetos realizados no ensino fundamental e médio. Segundo a autora, nos três primeiros anos do prêmio, inscreveram-se 116 trabalhos da educação infantil, 247 do ensino fundamental I, 362 do ensino fundamental II e 188 do ensino médio.

Para a pesquisa aqui desenvolvida, foram selecionados na plataforma do CEERT 18 projetos, na categoria professor e categoria escola – na educação infantil - das últimas 3 edições do Prêmio realizadas entre os anos de 2010, 2012 e 2014. Os projetos listados a seguir que integram o universo da pesquisa realizada e aqui apresentada, são aqueles que constam no site do CEERT, não tendo sido realizado por nós, nenhum tipo de triagem ou seleção. Todos os projetos das 5ª, 6ª e 7ª edição do prêmio, cujas informações estavam disponíveis no site do CEERT foram considerados nesta pesquisa, independente de terem sido finalistas ou vencedores. A desproporcionalidade entre o número de projetos apresentados por edição do prêmio, é, portanto, decorrência do número desigual de projetos disponíveis no site do ceert em cada ano.

Tendo realizado tais ressalvas, apresentamos a seguir os projetos analisados nessa pesquisa por categoria do prêmio e apontando ainda o estado de origem da proposta.

5ª EDIÇÃO (2010):

- *Categoria professor:*

1. Roda de história: uma vivência em Guiné-Bissau - SP
2. Festejando a Cultura Afro-Brasileira - MA
3. “Vamos aprender com a MPB?” - BA
4. Batucando com a Princesa: Um encontro do samba com as brincadeiras infantis - SC

- *Categoria escola:*

5. Festejando a Cultura Afro-Brasileira - MA

6. Quem conta um Conto, Axé - SP
7. A ÁFRICA ESTÁ EM NÓS: trabalhando igualdade racial com bebês e crianças bem pequenas - SP
8. Panos de sobrevivência: pedaços de vidas enlaçadas pela moradia e pelo trabalho – SC

6ª EDIÇÃO (2012):

- *Categoria professor:*

9. “Conhecendo um pouco da África por meio das Histórias” - MG
10. Conhecendo a influência da África em nosso dia a dia - RS
11. “Arte e Cultura fazem uma Bela Mistura!” – BA
12. Descobrimo a Minha Identidade e a Diversidade Cultural Através das Cantigas de Roda, Brincadeiras e Contos Infantis – SP

- *Categoria escola:*

13. Vivendo um Dia na Escola - SP
14. Ser diferente é normal: diversidade na escola (Inclusão da pessoa com necessidades especiais e Igualdade Étnico-Racial) - SP
15. Azizi Abayomi – Um Príncipe Africano - SP
16. Traçando e Trançando Laços de Igualdade Racial – SP

7ª EDIÇÃO (2014):

- *Categoria professor:*

17. Cultura africana e afro-brasileira: construindo uma prática afirmativa da identidade étnica das crianças na Educação Infantil – MG

- *Categoria escola:*

18. Ética e cidadania com teatro de bonecos – educando para a igualdade – SP

Na imagem a seguir é possível termos uma visão espacial da origem dos projetos estudados nesta pesquisa, bem como a incidência de projetos finalistas por estado do país.

Localização - por Estados - dos projetos finalistas
do CEERT em suas 5ª, 6ª e 7ª edição



Os dados evidenciam um maior número de projetos finalistas nas regiões sul e sudeste do país, a presença de projetos finalistas oriundos de alguns estados da região nordeste a completa ausência de projetos finalistas – em educação infantil, nas edições do prêmio analisadas – oriundos das regiões norte e centro-oeste. Ainda que tal fato não tenha sido explorado neste trabalho, ressalta-se a relevância destes dados, e a relevância de serem explorados em pesquisa futura, ampliando o campo de análise para outras edições do prêmio e olhando também para a origem dos finalistas do prêmio tendo em vista também os projetos do ensino fundamental I, II e Ensino Médio. A pesquisa de Cruz (2010), por exemplo, faz menção a projetos finalistas oriundos de outros estados e regiões do país, como por exemplo do Tocantins (Ensino Médio) e do Mato Grosso e do Amazonas (Ensino Fundamental II).

4.1 Projetos que inspiram

Os projetos referenciados e anexados são relatos de propostas de trabalho desenvolvidas individualmente por docentes ou realizadas em conjunto com a equipe escolar e as famílias, mas sempre tendo como o foco a divulgação de práticas pedagógicas orientadas por uma matriz étnico-racial, em geral, privilegiando pedagogias voltada para a valorização da cultura negra e africana².

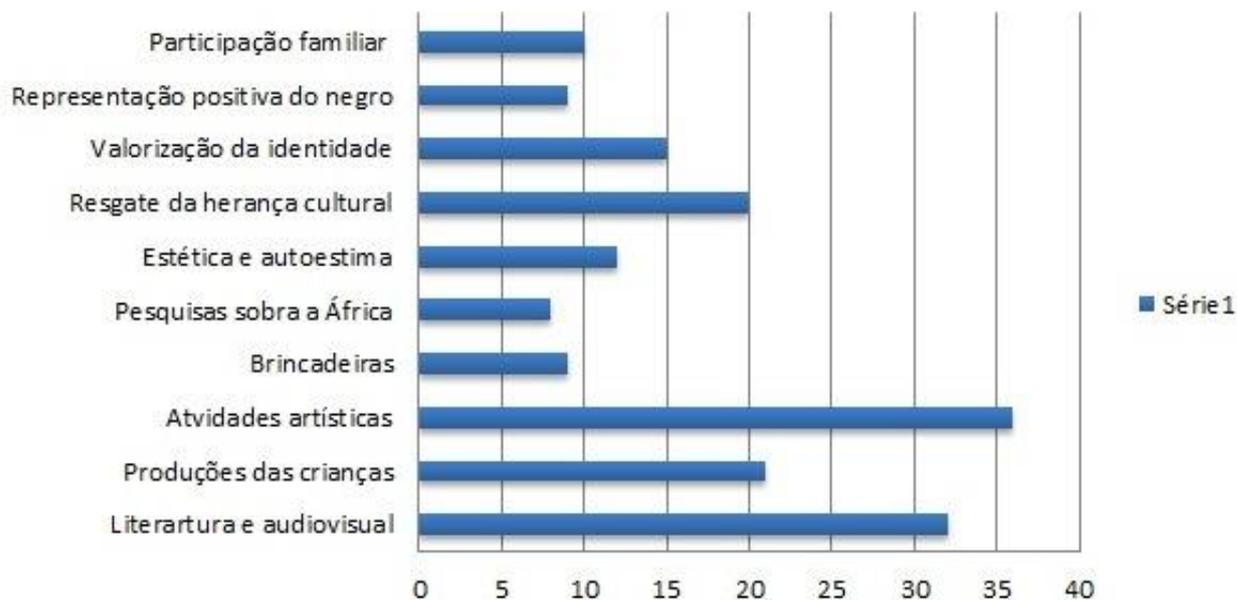
Na pesquisa que realizamos, optamos por enfatizar as estratégias pedagógicas (metodológicas) adotadas nos projetos analisados. Nossa análise indica que as estratégias que mais permearam os 18 projetos foram propostas de educação que trabalhassem na construção de uma identidade negra positiva, buscando um pertencimento étnico-racial das crianças.

O cerne dos projetos é ajudar na composição junto com as crianças de uma autoestima negra fortalecida, através da quebra de preconceitos e quebra de estereótipos. As referidas propostas ainda entendem as crianças como atores do processo educacional, participantes da cultura e autores da sua identidade, portanto todos os projetos têm a criança como foco principal. Algumas das professoras finalistas participam de formação continuada, com palestras, oficinas que contribuem para um repertório de atividades mais variado e bem conceituado, as práticas são fundamentadas teoricamente, já que esse trabalho requer extrema seriedade e responsabilidade.

Os projetos finalistas do CEERT demonstram diversas alternativas de trabalho pedagógico que visam a valorização pelas crianças da diversidade cultural brasileira, a partir da ampliação do conhecimento delas sobre si mesmas e sua história e sobre outros e suas histórias, favorecendo o respeito às diferenças e reconhecimento de seu pertencimento étnico-racial.

² De acordo com Cruz (2010, p.89) desde as primeiras edições do prêmio, já havia “uma intensa apropriação do terom cultura nos projetos, as concepções sobre cultura expressas remontam ao sentido de valorização, resgate e transmissão”.

Estratégias pedagógicas dos projetos



Abaixo foram selecionados alguns fragmentos das atividades realizadas pelos 18 projetos:

Recuperação resgate da história – ancestralidade

- *“Visitas aos principais pontos turísticos de Salvador: ao Museu Afro e de Etnologia da Bahia, ao Centro Cultural Solar Ferrão, ao Museu da Cidade e ao Museu Eugênio Teixeira.”*
- *“Visitas monitoradas à Reatech – Feira Internacional de Tecnologia e Reabilitação e ao Museu Afro Brasil”*
- *“Visita ao Museu Afro Brasil”*
- *“Visita ao Museu Afro-Brasil e Centro Cultural Jabaquara”*
- *“...além de passeios ao museu Afro-Brasileiro e de Etnologia, Praça Vinicius de Moraes, Casa de Música e Teatro Castro Alves onde assistiram a apresentação da orquestra NEOJIBÁ”*
- *“Entrevista com o presidente da escola de Samba Protegidos da Princesa e com um de seus integrantes mais antigos”*
- *“Passeio no Palácio Cruz e Sousa/Museu Histórico de Santa Catarina”*
- *“Visita à Comunidade Quilombola de Mangueiras (registro no livro de pano)”*



Fonte: acervo CEERT

Estudo sobre a herança cultural da África

- “Acesso a livros, mapa da África e materiais audiovisuais que valorizam a diversidade etnicorracial”
- “Pesquisas sobre a África: localização, história, cultura, alimentação, vocabulário, usos, costumes, músicas, fauna, flora e personalidades, entre outros”
- “Pesquisas com temas sobre: a África, a diáspora, a resistência negra e a formação dos quilombos e resolução de problemas”



Fonte: Acervo CEERT

Valorização da diversidade cultural/ racial/ religiosa – quebra de estereótipos

- “Vivências com o compositor e músico Daniel Reverendo”
- “Roda de conversa com representantes de diversos segmentos da SME e sociedade civil”
- “Conhecimento e apreciação das produções artísticas de Artur Bispo do Rosário, seguida da confecção coletiva do “Manto da Apresentação” do mesmo artista;”

- *“Banho coletivo e pic-nic com o intuito de desenvolver a percepção corporal e a afetividade tanto referente a si mesmo quanto ao outro.”*
- *“Visita ao Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá para conhecer Mãe Stella de Oxóssi”*

Valorização da identidade

- *“Conhecimento de músicas africanas e afrodescendentes”*
- *“Roda de história (e conversa) com uma das famílias das crianças do grupo sobre Guiné-Bissau, local de origem da mesma”*
- *“...a partir de músicas da MPB, proporcionando o contato com a história da música e com um repertório de qualidade mais apurada, partindo do pressuposto de que o trabalho com a língua materna tem um papel fundamental para ampliação da bagagem linguística das crianças”*
- *“...recebermos a visita do arte-educador senegalês Doudou e das crianças do bloco afro Malê Debalê, contribuindo de forma positiva na construção da identidade e do respeito à diversidade”*
- *“Investigação da origem do nome da escola de samba “Protegidos da Princesa””*
- *“...alusão reflexiva e cultural ao Dia Nacional da Consciência Negra”*

Contribuição para autoestima/ estética positiva

- *“Participação dos pais na caracterização dos alunos para o Desfile de Penteados e Roupas de influência da cultura africana na Semana da Consciência Negra”*
- *“Realização de desfile com indumentárias de personagens de certas manifestações afrodescendentes”*
- *“Oficinas de cabelo afro e de caricatura com artista local”*
- *“Identidade – Auto retrato”*
- *“...oficinas de confecção de bonecos(a) negros(a) e penteados afros”*
- *“...brincadeiras com espelho incentivando a criança a apreciar a sua imagem”*



Fonte: acervo CEERT

Representação negra de forma positiva

- “Confecção de livros com histórias contadas pelas crianças com personagens negros”
- “Pesquisa de imagens que valorizem a pessoa negra”
- “Os heróis negros do Brasil como representantes da comunidade escolar”
- “Mediação de leitura e contação de histórias africanas e afrobrasileiras; Heróis negros;”
- “Confecção de painel com personalidades de etnia africana influentes no Brasil e no mundo”



Fonte: acervo CEERT

Literatura/ filmes africanos e afro brasileiros

- “Contação de Histórias: cultura Africana, cultura Japonesa e cultura Indígena”
- “Dinâmicas de leitura de contos africanos”
- “Leitura de contos africanos como “Ana e Ana” de Célia Godoy”
- “Exibição do filme “Kiriku e a Feiticeira”; de DVDs, livros animados como “Berimbau””
- “Leitura do livro chamado “Chico Rei”, do autor Renato Lima”
- “Contação de Histórias: cultura Africana, cultura Japonesa e cultura Indígena”
- “Leitura da história infantil Epé Laiyé – Terra Viva de Mãe Stella de Oxóssi, proporcionando o contato das crianças com os deuses da natureza (orixás)”
- “Rodas de leituras sobre livros de lendas africanas; Discussões sobre os aspectos culturais e contextos dessas lendas”
- “Exibição para a comunidade escolar e discussão do filme “Vista Minha Pele”, produzido pelo CEERT e dirigido por Joel Zito de Araujo.”
- “...socialização de diferentes livros e contos de origem africana e livros de literatura infantil com personagens negros”

- *“...leitura do livro “A Colcha de Retalhos” de Conceil Corrêa da Silva e Nye Ribeiro da Silva, que trata do relacionamento de uma avó com seu neto”*
- *“Contação de histórias (“Bruna e a Galinha D’Angola”, “O amigo do Rei”, “Zumbi o pequeno guerreiro”, “Chuva de Manga””*
- *“Horas do Conto com contos africanos, poemas e histórias”*
- *“Exibição de filmes, vídeos, (montagem) e imagens (“Kirikú e a feiticeira, Kirikú e o animais selvagens”, Zumbi”*



Fonte: acervo CEERT

Autonomia e emancipação – o fazer das crianças

- *“Confecção da Galinha D’Angola, Confecção do Panô”*
“Confecção de bonecos com jornais e tecido. Elaboração de livro e CD”.
- *“Confecção de bonecas/bonecos pertencentes a diferentes etnias e bonecas Abayomi”*
- *“Registro coletivo sobre o tema do livro.”*
- *“Construção de instrumentos musicais com latas e garrafas pet.”*
- *“Confecção de livro da história de nossa cidade e de livro sobre os orixás com ilustrações das crianças”*
- *“...a releitura do livro Tudo bem ser diferente` de Todd Parr, o Projeto dos Bonecos e a Oficina de bonecas Abayomis”*
- *“Confecção de máscaras africanas, bonecas de pano brancas e negras, mandalas, painéis diversos e com dobraduras, bogolan (pintura em tecido com carimbos de sucata”*
- *“Confecção de um livro individual, com resumos das lendas e desenhos”*
- *“Aqueles simples desenhos de criança, a garatuja, transformaram-se numa “obra” moderna de variadas cores e linhas fabulosas”*

Atividades artísticas (musicalidade, corporeidade, afetividade, teatro, dança, pintura)

- *“Peças com teatro de bonecos com o tema diversidade étnico-racial”*
- *“...apreciação de músicas e realização de movimentos”*
- *“...aulas de Capoeira”*
- *“Práticas do jogo da Capoeira”*
- *“Foram realizadas peças de teatro, fantoches, exposições, oficinas de músicas e instrumentos musicais, pesquisas, experiências”*
- *“Audição e canto de músicas em africano e dança de folgedos afro-brasileiros (capoeira)”*
- *“atividades com danças, ritmos, sons e instrumentos musicais africanos”*
- *“apreciação e exploração de pinturas, imagens, fotografias, filmes com personagens negros”*



Fonte: acervo CEERT

Brincadeiras

- *“Cantigas de Roda: O Pião entrou na Roda, Perdi meu Anel no Mar e Marinheiro Só”*
- *“Pesquisa junto às famílias sobre brincadeiras de origem africana”*
- *“Brincadeiras: Bate o Monjolo e Tutu Marambá”*
- *“Oficinas de jogos africanos, figurinos, máscaras e mandalas, gincana “Kirikú, Cadê Você? envolvendo as famílias”*



Fonte: acervo CEERT

Participação familiar

- *“Árvores genealógicas e culinárias africana e indígena”*
- *“Mala de histórias com as famílias”*
- *“Projeto dos Bonecos cada semana uma criança levava o boneco para casa, juntamente com um kit costura, lá ele era caracterizado e com o auxílio da família, registrava-se no diário de bordo da turma todo o processo”*
- *“...exposições e “Chá de Histórias”, no qual as famílias contaram suas histórias”*



Fonte: acervo CEERT

Participação das crianças em eventos externos

- *“Participação em eventos externos, passeata “Por uma Infância sem Racismo”*
- *“Visita à comunidade e passeata pelas ruas do bairro, com bebês e crianças, em favor da igualdade”*
- *“Passeio na Fundação Hassis”*
- *“Ida no Encontro de Bois-de-Mamão de Norte a Sul”*
- *“Saída a campo: Galpão da Escola de Samba Protegidos da Princesa”*

As propostas metodológicas utilizadas apresentaram atividades tais como: contação de histórias africanas e afro-brasileiras, musicalidade, valorização da oralidade, trabalhos para percepção corporal do eu e do outro, família na escola, confecção de bonecas de pano, visita a Museus, estudo sobre os quilombos, valorização dos idosos e suas experiências, valorização da estética multicultural (bonecas negras, indígenas), culinária e dança afro-brasileira, leitura de contos e registros das atividades, montagem de portfólios.

Os projetos acima citados contribuem para uma maior visibilidade da cultura negra nas escolas, permitem a sensibilidade para construções coletivas na produção de saberes e troca de experiências, em geral com objetivos de contribuir para a elevação da autoestima das crianças negras e contribuir na formação de sua identidade a partir de uma aproximação com a herança cultural afro-brasileira e africana.

5. As potencialidades de uma educação anti-racista

O racismo e a discriminação no Brasil, não se originam na escola, mas passam por ela e é de urgente necessidade que se discuta quais serão as estratégias adotadas pela comunidade escolar para um trabalho que coletivamente, vise uma sociedade mais justa e menos discriminatória.

“A escola, como instituição responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, possui um papel importante na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão.”

(GOMES, 2002 p.46)

Segundo Gomes (2002), é preciso não só apresentar aos estudantes os dados sobre a discriminação racial no Brasil, mas também problematizar essas questões raciais tanto social como política e economicamente: *“...implica descobrir, conhecer e socializar referências africanas recriadas no Brasil e expressas na linguagem, nos costumes, na religião, na arte, na história e nos saberes da nossa sociedade.”* Isto posto, é preciso enxergar a Educação Infantil como um amplo espaço para práticas pedagógicas que tratem das relações étnico- raciais; é importante que se aborde essas relações desde os primeiros anos na escola para que as crianças possam repensar, questionar, refletir sobre a cultura negra no interior da escola e também no seu ciclo familiar e social. Além disso, é necessário trazer outras referências didáticas que possam romper com a educação eurocentrada.

O primeiro passo desse processo é reconhecer que o Brasil é um país racista e que o racismo é um processo ideológico que sobrevive através das épocas, o esforço contra ele se dá em várias instâncias sociais. Em vista disso, a educação pode oferecer oportunidade de desconstruir a visão de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos.

“Entre essas forças, a educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um espaço de destaque. Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção

pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços.”
(MUNANGA, 2005, pg.18)

Os professores e professoras e toda equipe escolar são figuras indispensáveis sobretudo na Educação Infantil no papel de mediação dos processos de combate ao racismo e o respeito à diversidade. Segundo Gonçalves (2011): *“Assim sendo, embora reconhecendo a importância da legislação a respeito das relações raciais, é possível inferir que a materialização da Educação das relações étnico-raciais se viabiliza pelo compromisso do(a) professor(a), mais que pela normatização jurídica.”* As possibilidades de mudança da nossa estrutura herdada de um histórico racista são maiores quando criadas estratégias pedagógicas que busquem reconhecer que diversidade não é desigualdade, dessa forma, não basta a legislação, mas que se atue materialmente para que a ação antirracista se efetive.

As crianças precisam crescer tendo como base as teorias interculturais, que acolhem as diferenças e trabalham para o reconhecimento da importância das diferentes culturas que formam o país - para a formação da identidade individual e coletiva.

“...tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos diariamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.”
(MUNANGA, 2005, pg.16)

A história e a cultura pertencem a todos e contribuíram para a formação da identidade nacional, é preciso resgatar a memória coletiva e história dos negros e isso não beneficia somente a população negra mas todos que compõe a sociedade, isto posto, é de extrema urgência que as práticas pedagógicas se voltem para as questões étnico-raciais, pois os preconceitos permeiam o cotidiano, entre as crianças, as professoras, e a equipe escolar, além dos materiais didáticos que

carregam ainda conteúdos depreciadores que apresentam uma visão eurocentrada e por vezes humilhante do negros e suas características.

É primordial que os/as responsáveis pela educação das crianças assumam uma postura mais combativa e menos negligente na escola, é preciso tomar consciência da realidade racial do país e se comprometer na mudança dos padrões de desigualdades e preconceitos estabelecidos.

“Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produto de uma educação eurocêntrica e que podemos, em decorrência desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.” (MUNANGA, 2005, pg. 11)

O/a profissional responsável, ativo, participativo não pode se omitir e se calar diante das adversidades, visto que existem as dimensões tanto emocionais quanto afetivas que permeiam as relações raciais dentro da escola no que tange inclusive as relações de cuidado e afeto. A criança precisa se sentir acolhida, ouvida, respeitada em todas as suas dimensões, é importante um ambiente escolar que favoreça a valorização da diversidade cultural e isso inclui elementos da decoração, brincadeiras, ferramentas pedagógicas que coloquem em destaque as pessoas negras através de uma visão positiva da cultura e história afro-brasileira e africana.

A garantia das crianças ao seu pertencimento racial perpassa pela quebra de representações depreciativas dos negros e também dos indígenas no imaginário comum. As crianças negras precisam estar imersas numa visão de mundo que as inclua como sujeitos ativos na história, uma visão que reconheça a importância da construção de uma identidade fortalecida em relação às suas raízes culturais e estéticas.

Visto isso, os projetos do CEERT funcionam como amostras de incentivo nas descobertas de novos rumos educacionais para uma educação mais democrática e humana, através deles, pode-se perceber o esforço dos profissionais comprometidos com a causa social em desenvolver práticas pedagógicas realmente engajadas na questão racial, que individualmente e coletivamente contribuem para um objetivo mais amplo de combate às condições desiguais.

Fica evidente que é vital o diálogo e as trocas de experiências e a mobilização de todas as forças sociais por um objetivo maior – a luta contra o racismo; é preciso, uma interação da escola, com a família, a comunidade e a herança cultural, enxergar as alternativas pedagógicas para recontar, imaginar, criar novos caminhos para uma educação antirracista é fundamental e é possível.

6 . Conclusões

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou um estudo sobre as práticas pedagógicas antirracistas no âmbito da Educação Infantil, tema de fundamental relevância no contexto das relações étnico-raciais brasileiras. Os estudos sobre as relações étnico-raciais no Brasil precisam ser sempre atualizados, articulados com as demandas da população negra. Em vista da cultura racista a que somos socializados é importante compreender as possibilidades de transformação partindo dos primeiros anos de socialização escolar, uma responsabilidade não só para os/as educadores/as mas para todos os atores sociais.

As práticas pedagógicas voltadas para a temática étnico-racial, dessa forma, exercem uma função social extremamente relevante no combate à discriminação racial; atuam como um norteador da visão das crianças sobre a pluralidade que configura o país, de certa forma que elas possam reconhecer as diferenças, sem discriminá-las, numa perspectiva de educação emancipadora e enegrecedora.

Esse estudo, portanto, possibilitou o contato com estratégias que buscam a garantia da presença da cultura negra dentro e fora da sala de aula, mostrando que na Educação Infantil todo um trabalho pautado na valorização da cultura negra e africana deve ser realizado de forma que as crianças negras entendam seu pertencimento racial e se orgulhem de suas raízes.

Os projetos do CEERT selecionados para o presente estudo demonstraram que através da leitura de contos, lenda, mitos afro-brasileiros e africanos, estudos sobre a África e sua importância histórica, pesquisas em livros, revistas, jornais e internet, as crianças podem reconhecer e valorizar a herança cultural brasileira; o trabalho com outras perspectivas musicais, danças, ritmos, instrumentos, a confecção de mandalas e máscaras africanas, o trabalho com a estética (cabelo, vestimenta) na valorização da beleza negra, o trabalho com personagens negros em protagonismo, promovem uma representação positiva que podem contribuir para um autoestima fortalecida e uma identidade negra articulada à sua ancestralidade; o trabalho com as famílias e a comunidade, através de manifestações da cultura africana, capoeira, dança, teatro, religião brincadeiras de roda, visita a museus, centros históricos, pode quebrar estereótipos e romper com visões distorcidas sobre a cultura africana e uma relação positiva com suas origens; a produção de registros

fotográficos, a confecção de bonecas negras, a recontagem de histórias, a produção de livros pela próprias crianças demonstram que elas são ativas, constituintes da sociedade brasileira e atuantes diretamente como sujeitos históricos no processo de formação da cultura do país.

Toda a mobilização social para combater o racismo tem o objetivo de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e menos discriminatória. Não existem fórmulas prontas para uma educação das relações étnico-raciais, contudo existem possibilidades reais de mudança na estrutura, as crianças como atores sociais são vitais para esse processo.

Bibliografia

BENTO, Maria Aparecida Silva. Práticas pedagógicas para igualdade racial na educação infantil. São Paulo, CEERT, 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional.

CAMPOS, Maria M. e ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios de atendimento para uma creche que respeite os direitos fundamentais da criança. Brasília: Mec. 1995.

CEERT. ONG. Sobre o Projeto Educar : Educar para igualdade racial e de gênero. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

CORSARO, William. Sociologia da Infância. 2ª edição. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. Os debates do significado de educar para as relações étnico-raciais na educação brasileira . 2010. 138 p.) Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2519/2807.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

FAZZI, Rita de Cássia. O Drama Racial das Crianças Brasileiras : Socialização entre pares e preconceito . 2ª Edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 224 p.

FERNANDES, Florestan. "As trocinhas do Bom Retiro." Pro-posições 15.1 (2016): 229-250

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro. Editora Globo, 2008

GOMES, Lisandra Ogg. "Aproximações entre os processos de socialização e a sociologia da infância."

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, [S.l.], v. 9, p. 38-47, dez. 2002. ISSN 2317-2096. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296/1392>>. Acesso em: 10 nov. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2317-2096.9.0.38-47>.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 416 p.

GOMES, Nilma Lino. "Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos." Currículo sem fronteiras 12.1 (2012): 98-109.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias et al. Representações sociais sobre educação étnico-racial de professores de Ituiutaba-MG e suas contribuições para a formação docente. 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Boletim de Análise Político-Institucional: Segurança Pública e Racismo Institucional. Brasília: Ipea, 2007

MUNANGA, K. (org). Superando o racismo na escola. 2ª edição, SECAD, 2008. _____ . O anti-racismo no Brasil. In: Estratégias e políticas de combate a discriminação racial no Brasil. Munanga (org). Edusp, São Paulo, 1996

MUNANGA, K. e GOMES, N. L. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

MUNANGA, Kabengele . Negritude - Usos e sentidos. [S.l.]: Autêntica, 2015. 96 p.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PINTO, Manuel. *A infância como construção social*. In: SARMENTO, Manuel Jacinto

PINTO, Manuel (Org.). As crianças: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997. p. 7-30.

ROSEMBERG, Fulvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão in: Cadernos de Pesquisa n.º 107, 1999

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1984.

TELLES, E. E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Trad. Nadjeda Rodrigues Marques, Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003